

OS USOS DA MEMÓRIA: HISTÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE POLÍTICA DE FRANCISCO JULIÃO.

Pablo F. de A. Porfírio

Doutorando – UFRJ

pabloporfírio@hotmail.com

Neste trabalho procuraremos analisar algumas questões relacionadas à trajetória política de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas no período anterior a 1964, exilado político no México entre 1965-79 e um dos fundadores do PDT após 1979. Especificamente, procuraremos estudar nesse último momento os usos políticos da memória realizados por Julião, que em suas entrevistas construiu, geralmente, discursos políticos, os quais buscaram criar conceitos e definir sentidos para os assuntos ou acontecimento rememorados. Esse uso da memória realizado por Julião após 1979, dialogava com sua tentativa de reinserção política no período da redemocratização do Brasil, após o exílio no México. Entender esse diálogo é o nosso foco de análise para esse trabalho.

Palavras-chave: Memória, política, trajetória.

No dia 03 de novembro de 1979, Francisco Julião desembarcava no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, oriundo do Rio de Janeiro, sendo recepcionado por políticos e populares. A chegada do ex-líder das Ligas Camponesas ocupou algumas páginas da imprensa local, sobretudo do Jornal do Comércio e do Diário de Pernambuco. Era o período em que diversos exilados políticos retornavam ao Brasil, sendo a maioria recepcionada com muitos festejos, principalmente, os líderes populares de esquerda do período anterior ao golpe civil militar de 1964, como Francisco Julião. Neste pequeno texto pretendemos tecer algumas considerações sobre os usos políticos da memória que Julião procurou realizar no período de transição entre a ditadura e a democracia, no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Para tanto, recorreremos à leitura das mais de 300 páginas de transcrição de entrevistas concedidas por Julião, entre 1977 e 1983.

Nesses depoimentos de memória podemos perceber que não há um relato de vida, constituído pela apresentação de impressões, sensações, associações e descrições detalhadas acerca de acontecimentos. Em sua maioria, os relatos de Francisco Julião

compõem discursos políticos, que procuram criar conceitos e definir sentidos para os assuntos ou acontecimentos rememorados. Esse tipo de relato, contudo, em nossa pesquisa, é importante, pois nos oferece a possibilidade de entendermos a intencionalidade dos usos político da memória realizados por Julião. Em outra etapa da pesquisa, poderemos cruzar essas intencionalidades com as estratégias de alianças e demais comportamentos políticos desenvolvidos por Francisco Julião.

Nascido em 16 de fevereiro de 1915, no Engenho Boa Esperança, na cidade de Bom Jardim, em Pernambuco, Julião era integrante de uma família católica de senhores de engenho. Na década de 20, inicia seus estudos no Recife, ingressando nos anos 1930 na Faculdade de Direito, onde obteve o grau de bacharel em dezembro de 1939. A partir daí, começa a prestar assistência jurídica em processos de desquite, na defesa de prostitutas e junto a camponeses. Na década de 1950, foi eleito, por duas vezes, deputado estadual em Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro. Em 1962, torna-se deputado federal pelo mesmo partido¹.

Contudo, é como líder dos camponeses, nas décadas de 1950 e 1960, que Julião alcança destaque tanto nacional como internacional, exercendo forte influência sobre parte dos grupos de esquerda atuantes no período que antecede o golpe de 1964. Nesse período, a mobilização dos camponeses por melhores condições de vida ganhou também destaque na imprensa, principalmente, a partir da realização do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955, onde se procurou demonstrar que a seca não era resultado único dos aspectos geográficos.

Paralelamente aos congressos de camponeses, Francisco Julião começa a utilizar cordéis cantados nas feiras livres dos municípios do interior de Pernambuco, panfletos e cartilhas para mobilizar os trabalhadores rurais e promover a fundação de Sociedades Agrícolas (denominadas de Ligas Camponesas) em diversas propriedades e municípios do Estado. O objetivo das novas Sociedades Agrícolas não permanecia restrito apenas a promoção de ajuda mútua, como na primeira criada no Engenho Galiléia, mas começava a incorporar a dimensão da luta por uma reforma agrária².

A mobilização e a luta desses camponeses tornavam-se tema constante na imprensa e no final da década de 1950 e início dos anos 1960 e diversas missões

¹ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador* – Coleção Perfil Parlamentar Século XX. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

² AZEVEDO, Fernando Antonio. Op. Cit.

jornalistas passaram a se dirigir ao Nordeste do Brasil, sobretudo Pernambuco, a fim de conhecer como se organizava o movimento de camponeses que conseguira, inclusive, a desapropriação do Engenho Galiléia, em 1959. Além disso, despertava o interesse desses jornalistas, bem como de professores e representantes de governos, conhecerem e entrevistarem a pessoa identificada como responsável por liderar essa grande mobilização de camponeses em Pernambuco, ou seja, Francisco Julião. Utilizando-se dessas reportagens veiculadas nos principais jornais e revistas do Brasil, Julião acabava por se fazer conhecido e ampliava a sua rede de influência tanto a nível regional quanto nacional³.

Esse passa a se relacionar com outros líderes de esquerda em diversos Estados e países, sobretudo com Cuba, onde estabeleceu um intenso intercâmbio com Fidel Castro, realizando diversas viagens para aquela ilha. Começa então a defender para o Brasil os ideais de uma revolução a partir do campo, sendo por isso acusado de receber dinheiro e apoio logístico cubano para organizar uma guerrilha rural. Nessas circunstâncias, Julião passou também a ser notícia na imprensa internacional, como no *The New York Times*. Esse publicou na primeira página da edição de 31 de outubro de 1960 uma reportagem acerca da mobilização dos camponeses, liderada por Francisco Julião, com o seguinte título: *A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de Revolta*. No decorrer do texto alertava-se para a crescente possibilidade da eclosão de uma revolução, principalmente, por meio da atuação das Ligas Camponesas, as quais, segundo o jornal, propagavam a doutrina comunista⁴.

Além disso, relatórios da CIA destacavam a atuação de Francisco Julião junto aos camponeses em Pernambuco, bem como sua intensa relação com representantes do comunismo, como Fidel Castro. Esse cenário contribuiu para que o governo dos Estados Unidos enviasse a Pernambuco uma missão chefiada por Edward Kennedy, irmão de John Kennedy, para avaliar “in loco” o que era divulgado na imprensa⁵. Também nesse período, um grande número de técnicos e representantes do governo norte-americano passa a atuar na região Nordeste do Brasil, sobretudo em Pernambuco, aplicando mais de 100 milhões de dólares em projetos sociais, que, a princípio, eram elaborados e

³ Sobre algumas dessas missões jornalísticas ver FURTADO, Celso. *A Fantasia desfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 109 - 110

⁴ The New York Times. Monday, October 31, 1960. p. 01. Arquivo Pessoal.

⁵ PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Ed. UFPE. Recife, 2009. pp. 52-57.

executados em cooperação com a SUDENE⁶. A presença de uma grande quantidade de representantes dos EUA em Pernambuco demonstrava a preocupação do governo desse país com a região, pois se acreditava no potencial de Pernambuco em desencadear uma revolução comunista para o restante do Brasil.⁷

A temida revolução comunista não aconteceu, mas em 31 de março de 1964 ocorreu o golpe civil-militar. Nessa época, Julião atuava como deputado federal, no Congresso Nacional, em Brasília. Teve sua prisão decretada e em poucos dias, foi localizado em Goiás, preso e enviado para o Recife. Em 1965, o líder dos camponeses conseguiu um *habeas-corporis* e se exilou no México. Nesse momento, encerra-se um importante período da vida de Julião mais conhecido pela historiografia e por grande parte da sociedade. Passados 14 anos de exílio e após a Lei da Anistia em 1979, o ex-deputado não conseguiu ocupar o mesmo lugar político de líder junto aos camponeses e a setores das esquerdas, como nas décadas de 1950 e 1960. Por diversos fatores, que estamos começando a investigar, a trajetória política de Francisco Julião no exílio, bem como após a anistia até seu falecimento em 1999, não tem sido objeto de estudo.

Enquanto esteve no México, Julião escreveu mais de 300 artigos publicados na Revista Siempre e no Jornal El Dia, analisando a situação política e social da América Latina. Ainda fora do Brasil, o ex-deputado articulou-se com outros políticos de esquerda exilados, sobretudo Leonel Brizola, com quem, após a anistia, organizou e ajudou a fundar o PDT. Nas eleições estaduais de 1986, Julião se candidatou a deputado federal. Nessa mesma eleição, o PDT apoiou para governador de Pernambuco o candidato e usineiro José Múcio Monteiro, do PFL, que disputava o governo do Estado com Miguel Arraes, candidato do PMDB. Julião, ao atender a orientação do seu partido (PDT), e apoiar o candidato do PFL, provocou uma grande perplexidade, sobretudo naqueles que conheciam seu passado de lutas junto às Ligas Camponesas. Para selar essa aliança foi assinado um acordo intitulado *Pacto da Galiléia*, em que os usineiros de Pernambuco se comprometiam a doar 10% de suas terras para a reforma agrária, caso José Múcio fosse eleito governador⁸.

⁶ A aplicação desse dinheiro norte-americano estava relacionada com o programa desenvolvido pelo governo Kennedy para a América Latina, intitulado *Aliança para o Progresso*.

⁷ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Op. Cit. Ver capítulo IX.

⁸ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador* – Op. Cit. p. 179.

Para a maioria das esquerdas, esse apoio ao candidato do PFL foi considerado um “equívoco histórico”. José Múcio perdeu a eleição para Miguel Arraes e Francisco Julião não conseguiu se eleger, obtendo menos de quatro mil votos⁹. Inspirando-nos em Marc Bloch¹⁰, podemos afirmar que não cabe ao historiador julgar, mas sim compreender como se deu a formação do *Pacto da Galiléia* e até mesmo a idéia do equívoco. Se Julião agiu certo ou errado ao aliar-se ao PFL, se traiu seu passado de luta junto aos trabalhadores, não é uma questão do historiador. O fazer da história não está em responder essas questões, muito latentes em 1986, a fim de identificar uma verdade objetiva, pronta e a espera de ser passivamente encontrada e resgatada no passado.

Neste momento, contudo, interessa-nos estudar alguns dos usos da memória realizados por Julião em seus depoimentos orais, concedidos entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. É importante destacarmos que uma parte dos relatos de Julião faz referência ao período anterior a 1964. Nosso problema de pesquisa, contudo, não se refere ao estudo da trajetória de toda a vida de Francisco Julião, bem como não está interessado, especificamente, nas lutas políticas e sociais em que o mesmo estava inserido no período anterior ao golpe civil e militar de 1964.

Contudo, devemos estar atentos para entendermos como se relaciona o depoimento de memória concedido na década de 1970 e 1980 sobre um período anterior ao golpe de 1964 com as alianças políticas e disputas eleitorais, ou seja, as estratégias para uma reinserção política por parte de Francisco Julião no chamado período da redemocratização. Para tanto, procuramos dialogar com Antônio Montenegro, que afirma:

[...] é fundamental compreender que a memória é uma elaboração. Você não apreende ou capta o acontecido como se ele se apresentasse positivamente de forma objetiva o evidente diante dos seus sentidos; a memória não opera como mero registro. Você lê ou apreende o mundo com sua memória, mas o presente, o acontecido que se apresenta diante dos seus sentidos, também interfere, atua, desloca os significados que você traz como memória. Por isso a memória resulta numa construção tensa, entre o que você traz como lembrança – e desse modo informa a maneira de perceber, de compreender – e

⁹ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador*. Op. Cit. p. 124.

¹⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. pp. 125-126.

o que se configura diante dos seus sentidos no presente, transformando, modificando, interagindo com a memória¹¹.

Nessa dimensão, estamos interessados na tensão constituída, nos relatos de memória de Francisco Julião, pelas suas lembranças do período anterior ao golpe civil e militar de 1964 e o seu presente, perpassado pela volta do exílio, sua tentativa de reinserção política e as novas alianças, como, por exemplo, a estabelecida com o PFL de José Múcio Monteiro. Então, os relatos de memória de Julião, ao se referir ao seu passado enquanto líder camponês, diz muito também daquele presente das décadas de 1970 e 1980.

Na pesquisa para o doutorado interessa-nos estudar a trajetória do ex-líder das Ligas Camponesas no período em que esteve exilado no México, entre 1965 e 1979, bem como no momento posterior a sua volta do exílio, quando se identifica a tentativa de reinserção política, no chamado período da redemocratização. Em meio a essa tentativa de reinserção política, os usos políticos da memória foram uma das estratégias utilizadas, até porque, é necessário lembrarmos, que *tanto o esquecimento quanto a memória foram cruciais na transição da ditadura para a democracia*, como nos afirma Andreas Huyssen¹² em seu estudo para a Argentina e para a Alemanha. No caso do Brasil, o processo de redemocratização também foi marcado pelas resignificações da memória e os usos do esquecimento e nesse movimento Julião também procurou se inserir.

Deve-se lembrar também, como nos afirma a historiadora Maria Paula, que a partir da segunda metade da década de 1970 começaram a circular no Brasil idéias e práticas que favoreceram a construção de uma frente democrática para se opor ao Regime Militar¹³.

Tal movimento democrático, manifestado, sobretudo, na luta pela Lei da Anistia e na campanha das *Diretas já*, fez com que setores das esquerdas repensassem a tática de enfrentamento, praticada principalmente no final da década de 1960 e caracterizada

¹¹ *Memórias, percursos e reflexões: com Antonio Torres Montenegro*. In SAECULUM – Revista de História. Volume 18; João Pessoa, jan/jun. 2008.p 195

¹² HUYSEN, Andreas. *Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público*. Intercom – Porto Alegre, 31 de agosto de 2004. p. 4.

¹³ ARAÚJO, Maria Paula de. *Lutas democráticas contra a ditadura* In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)* As esquerdas no Brasil. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

pela luta armada e por um isolamento em relação à sociedade. A formação de uma frente democrática, notadamente a partir de 1974, permitiu que alguns grupos de esquerda passassem a integrar um amplo movimento da sociedade civil, possibilitando a saída do isolamento e a realização de alianças com outros setores da oposição.

Esse redirecionamento político se relaciona também com a autocrítica apresentada por alguns grupos de esquerda, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8 e a Ação Popular Marxista-Leninista - APMML, após o fracasso da luta armada. Além disso, a geração dos anos 1970 tinha sido socialmente formada sob os signos da censura, das prisões arbitrárias e da tortura e desejava lutar contra essas práticas e a favor dos direitos humanos. Maria Paula Araújo, contudo, afirma que a formação de uma frente democrática não extinguiu um antigo conflito entre os setores das esquerdas, o qual opunha a tática da radicalização de um lado e da negociação do outro. Ou seja, os signos do enfrentamento armado ainda circulavam entre alguns setores sociais.

Aliado a esse redirecionamento político, existiam, o que o historiador Daniel Aarão chamou de, as *batalhas da memória*, em torno dos vários momentos da história recente do Brasil, sobretudo, o início e a consolidação do Regime Militar, o processo de luta armada contra a ditadura e, por fim, o movimento que levou a redemocratização do país.

Daniel Aarão identifica a construção de memória na qual a sociedade do Brasil, construtora da ditadura, absolveu-se e reconstruiu-se como democrática, de modo que praticamente muitos poucos ainda se identificam com o regime militar instalado no país a partir de 1964. Nesse movimento de construção de memórias, ocorrido, sobretudo, entre o final da década de 1970 e os anos 1980, apagaram-se as radicalizações e o enfrentamento proposto pela esquerda mais radical no período que antecedeu o golpe de 1964. Esses grupos de esquerda, segundo Daniel Aarão, foram considerados *vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista*¹⁴.

Nessas *batalhas da memória*, que emergem no processo de redemocratização do Brasil, as esquerdas derrotadas no enfrentamento armado, passam a se apresentar como vitoriosas, ocupando o lugar social de legítimos defensores da democracia, para

¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória* In MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.) *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 40.

desespero dos militares. Esse movimento historiográfico procura entender como alguns exercícios de memória foram empreendidos e tornaram-se hegemônicos no Brasil a partir do final da década de 1970.

De maneira semelhante aos inúmeros grupos de direita que participaram ativamente dos acontecimentos de 1964 e se engajaram politicamente no regime militar, e posteriormente reconfiguraram a sua participação política e seu comprometimento aos militares, parte significativa da esquerda também repensam sua participação nos conflitos políticos desse período. A linha política delineada por este grupo definia pouco a pouco, a partir de 1974, que o cenário político nacional encontrava-se aberto para uma resistência democrática em detrimento do enfretamento armado e revolucionário. Nesse sentido, há um esvaziamento do significado político e da memória da luta armada.

Podemos perceber que com a abertura política abriram-se espaços para outra disputa, pois estava em jogo, com o processo de redemocratização, o sentido do passado. A questão, a partir da segunda metade da década de 1970, era a memória política dos grupos de esquerda e de direita. Assim, com o processo de abertura, inúmeros líderes políticos de esquerda ao retornarem do exílio procuraram se desvincular ou não serem mais reconhecidos pela sua participação na luta armada. Essa imagem da luta armada ou do revolucionário, portanto, aparecia agora povoada de signos que naquele momento, meados dos anos 1970, seriam percebidos como algo inviável às pretensões democráticas outrora defendidas pelas esquerdas e por amplos setores sociais. Projetou-se um silêncio no que tange a luta armada. Ao mesmo tempo, foi elaborada uma memória da resistência em favor da luta democrática.

Para Michel Pollak¹⁵, isso significa que a memória coletiva e individual é resultado da gestão de um precário equilíbrio entre memória, esquecimento e silêncio¹⁶. Elaborou-se com a redemocratização um esquecimento, por parte daqueles que estiveram à frente e participaram ativamente do regime militar, assim como dos grupos de esquerda envolvidos no projeto da luta armada. Nessa perspectiva, para ser aceito politicamente no processo de abertura que ganhava corpo na década de 1970, parecia ser necessário figurar como membro da ampla frente democrática, que nesse momento se

¹⁵ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03, pp. 03-15.

¹⁶ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos. Op. Cit. p. 14.

apresenta como a única forma de resistência ao regime militar. Agora era preciso pertencer, ser identificado na luta democrática. De acordo com Pollak,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si¹⁷.

Ao lermos as entrevistas de Francisco Julião podemos perceber que o mesmo procura dialogar com esse movimento de memória ou mesmo se inserir nele, utilizando-se das idéias de democracia e formação de frentes, de alianças com os mais diversos setores. Para Julião interessava criar uma identidade para si constituída pelas idéias de pacificação e democracia. E o mesmo afirmava ao desembarcar no Aeroporto dos Guararapes – Recife, em 1979: *A experiência que tive no exílio foi válida. Amadureci mais, reflexionei mais, e volto com outras idéias que tem como ponto básico a pacificação de fazer retornar o estado de direito*¹⁸. E Francisco Julião acrescenta: *Voltei ao Brasil e ao convívio da minha gente, com a preocupação de tentar unir e organizar o povo no sentido de ampliar e consolidar as liberdades democráticas*¹⁹.

Em sua volta do exílio a preocupação principal de Julião era a de combater essa sua memória de revolução armada e de guerrilha, a qual dificultaria a sua inserção no movimento de frente democrática que ganhava cada vez mais força no Brasil do final da década de 1970. Nesse sentido, as suas primeiras declarações ao desembarcar em Recife, procuraram demonstrar a sua integração nesse movimento, sobretudo, quando Julião afirmava que um dos seus objetivos era *consolidar as liberdades democráticas*.

Mas, não bastava se afirmar enquanto pacífico e democrático. Como nos diz Pollak, era preciso criar *um sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si* e para isso Julião utilizou fortemente dos usos políticos da memória, construída entre as décadas de 1970 e 1980. O passado a que Julião se refere em seus depoimentos de memória, que dizem respeito grandemente a sua atuação no período anterior a 1964, está dialogando diretamente com os movimentos políticos e as idéias existentes no processo de redemocratização do Brasil.

¹⁷ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos. Op. Cit. p. 05.

¹⁸ Diário de Pernambuco, 04/11/1979. p. A3.

¹⁹ Idem.

O que Francisco Julião desejava, ao rememorar seu passado, é construir uma continuidade e uma coerência entre seu passado e seu presente, para pensarmos em acordo com Pollak.

Se formos um pouco mais além, podemos pensar também, ao dialogarmos com as idéias de Koselleck, que Julião ao construir suas memórias oferece ao leitor um passado presente. Afirma Koselleck:

[...] todo tempo é presente em sentido próprio. Pois o futuro ainda não é e o passado já não é. Só há futuro como futuro presente e passado como passado presente. As três dimensões se enrolam no presente da existência humana, em seu *animus*, para dizer segundo Santo Agostinho. O tempo só está presente em uma contínua retirada: o futuro na *expectatio futurorum* e o passado na *memoria praeteritorum*²⁰. O chamado ser do futuro ou o do passado não são outra coisa que seu presente, nele que se apresenta²¹.

Podemos pensar que o passado de Julião seria o seu presente, na medida em que o Francisco Julião de 1964 apresentado nas entrevistas é o Julião do período da redemocratização, que constrói sua memória dialogando com as idéias vivenciadas naquele presente e representando, em seus depoimentos, os seus interesses e expectativas existentes nas décadas de 1970 e 1980. O ex-líder camponês narra sua história a partir de acontecimentos passados, mas utilizando valores, signos e estratégias do presente de onde ocorre a narrativa. É nesse presente, seus valores, signos, estratégias, que estamos interessados.

Pensemos essa elaboração da memória a partir do presente por meio também de outro autor. Dialogando com a obra de Proust²², Deleuze fará alguns comentários acerca do papel da memória voluntária e afirmará que ela realiza um movimento que vai de um presente atual a um presente que foi.

O passado da memória voluntária é duplamente relativo: relativo ao presente que foi, mas também relativo ao presente com referência ao que é agora passado. O que vale dizer que

²⁰ Santo Agostinho, Confissões, XI, 28 (37).

²¹ KOSELLECK, Reinhart. Los Estratos Del Tiempo: estudios sobre La historia. I.C.E de la Universidad Autónoma de Barcelona (Barcelona – Buenos Aires – México). Ediciones Paidós, 2001. p. 116.

²² Marcel Proust. *Em busca do tempo perdido*. 7 volumes.

essa memória não se apodera diretamente do passado: ela o recompõe com os presentes²³.

Então ao mesmo tempo em que Francisco Julião, ao construir sua memória, refere-se ao presente que foi, ou seja, ao passado e nesse caso, sobretudo, o período que antecedeu ao exílio político a partir de 1965, diz também sobre o presente na sua relação com o passado. Ou seja, o que Deleuze acrescenta para nossa discussão é que não existe um passado puro e objetivo, que está aguardando para ser recuperado pela memória. Antes, os mecanismos de memória recompõem o passado com o presente.

Os diversos mecanismos de memória elaborados por Francisco Julião, a partir do final da década de 1970 em seus depoimentos relativo ao passado, são criados partindo da necessidade de composição com o presente, ou seja, com a necessidade de reinserção política no movimento de redemocratização do Brasil.

Dialogando com essa perspectiva do trabalho com a memória, entendemos que as mais de 300 páginas de depoimentos de Francisco Julião, produzidas entre 1977 e 1983, permiti-nos não apenas acessar o seu passado enquanto líder camponês e um dos mais conhecidos representantes da esquerda no período anterior ao golpe civil e militar de 1964. Mas também, e essa é a problemática da pesquisa em desenvolvimento, identificar seus comportamentos, suas opções e estratégias políticas para o período da redemocratização incorporadas em sua narrativa de memória.

²³ DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 54.